

Ciência, tecnologia e política para a sustentabilidade florestal



ACERVO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – MG

José Carlos Carvalho *

A formulação das políticas públicas não pode prescindir de uma base técnico-científica que lhe dê sustentação e de um marco conceitual adequado aos seus objetivos, pois uma política setorial verossímil não se esgota em seus enunciados, mas na capacidade efetiva que tem de transformar a realidade, concretizando seus postulados e objetivos. Da mesma forma, o desenvolvimento científico e tecnológico de determinado setor depende da maneira como é abordado nas políticas setoriais, já que a eficácia de uma boa política deve considerar o conhecimento acumulado até o momento de sua formulação e a capacidade que tem de estimular a geração de novos conhecimentos, para se manter atualizada ao longo do tempo.

No caso da política florestal brasileira, o desenvolvimento científico e tecnológico do setor concentrou-se nas florestas plantadas, notadamente na silvicultura das espécies dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*, com ênfase para o eucalipto, desde as primeiras iniciativas de introdução da cultura no país, por Navarro de Andrade, passando pelo esforço

realizado no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (Prodepef) – implantado no Brasil sob os auspícios da FAO, no início dos anos 70 –, e pela implementação da política de incentivos fiscais para o reflorestamento, iniciada no mesmo período. No campo da silvicultura, sobretudo da eucaliptocultura, a pesquisa teve papel determinante na formulação de uma política florestal sustentável, alavancada, em grande medida, pelos incentivos fiscais. Embora algumas distorções daquele período tenham afetado o setor florestal, particularmente no que diz respeito à concentração fundiária e ao monocultivo extensivo – agora em fase de correção –, não se pode olvidar que o incentivo ao reflorestamento e às pesquisas contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de uma extraordinária base tecnológica de apoio às florestas plantadas.

Nas últimas três décadas, o segmento de florestas plantadas tornou-se um dos mais competitivos do mundo. Iniciou-se com a muda produzida em torção paulista, originada de sementes de

procedência duvidosa, para a reprodução vegetativa de mudas clonais de desempenho diferenciado. Esse avanço deslocou o eixo da exploração madeireira – celulose e papel, parte do carvão vegetal e madeira processada – das florestas nativas para as florestas plantadas, transformadas em fontes de suprimento sustentável de matéria-prima e insumo energético para a indústria consumidora, ao mesmo tempo que reduziu a demanda por novas áreas para reflorestamento, em decorrência do aumento da produtividade obtido com incrementos médios anuais três vezes maiores que no passado.

Deve-se ressaltar que a pesquisa contribuiu de forma significativa para a formação de um arranjo inédito institucional de parceria universidade/empresa. Essa articulação deu origem à criação de instituições especificamente destinadas ao fomento da pesquisa, como a Sociedade de Investigação Florestal (SIF), o Instituto de Pesquisa Florestal (Ipef) e a Fundação de Pesquisa Florestal (Fupef), aproveitando a infra-estrutura acadêmica da UFV, USP ESALQ e UFPR. Contudo,



Floresta plantada de eucalipto para abastecimento industrial. BA

ACERVO VERACEL

a formulação da política florestal, levando em conta a realidade sócio-econômica e ambiental do país, não pode se restringir a uma política de reflorestamento. Da mesma forma, a pesquisa deve ampliar seu raio de abrangência, visando a atender a demandas reprimidas de conhecimentos, sem o que a modernização do setor florestal, objetivando principalmente o uso sustentável da floresta tropical brasileira, continuará sendo um obstáculo ao desenvolvimento do setor, em toda a sua amplitude.

Em virtude do potencial e das características do patrimônio natural, da diversidade biológica e fitogeográfica dos biomas brasileiros, residem no setor florestal as melhores alternativas para se alavancar o desenvolvimento do país, com foco na sustentabilidade, tendo em vista as vantagens comparativas da atividade econômica ligada à indústria de base florestal, energia renovável e sequestro de CO₂. Todavia, essas vantagens comparativas não bastam. É fundamental transformá-las em vantagens competitivas, *vis-à-vis* com o que ocorre em outros países de economia florestal

avançada. Para isso, a contribuição da pesquisa é insubstituível.

Embora o reflorestamento, no Brasil, baseado na silvicultura de eucalipto e pinus tenha atingido um patamar invejável, a política florestal brasileira ainda não ofereceu respostas adequadas a algumas questões cruciais para a sustentabilidade. Essas respostas só virão com esforço de desenvolvimento científico e tecnológico direcionado ao setor, notadamente nas seguintes áreas de conhecimento:

- 1) silvicultura de espécies nativas da flora brasileira, enfatizando espécies tradicionais de valor econômico que desapareceram do mercado e espécies pioneiras para recuperação de áreas degradadas;
- 2) geração do conhecimento aplicado à recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais ameaçados pela ação antrópica, a exemplo da Mata Atlântica;
- 3) pesquisa aplicada ao manejo, visando ao uso sustentável da floresta tropical, considerando as diversas tipologias florestais;
- 4) pesquisa integrada, levando em conta a interdependência entre os recursos

naturais renováveis (floresta, água, solo e fauna), com uma visão ecossistêmica substituindo a concepção compartimentada.

Nesse contexto, a contribuição da pesquisa se coloca como estratégia fundamental ao desenvolvimento sustentável do setor florestal. A rigor, se a política florestal e o desenvolvimento científico e tecnológico do país não contemplarem a pesquisa como prioridade estratégica, continuar-se-á enfrentando as mesmas dificuldades de hoje, em um contexto que por um lado avança, e, por outro, se mantém atrasado. Espera-se que a inserção cada vez mais ativa do Brasil na economia global e a importância de nosso patrimônio florestal no plano internacional, como produtores de bens econômicos e serviços ambientais, despertem as autoridades e a sociedade como um todo para esse grande desafio.

**José Carlos Carvalho é Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (jcc@semad.mg.gov.br).*